

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 251-115-517 700 Ext. 205 Website: www.africa-union.org

**SEXTA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS
RESPONSÁVEIS PELA INTEGRAÇÃO
REUNIÃO DE PERITOS
15 – 16 de Abril de 2013**

**Documento Síntese
Gestão da Integração**

Departamento de Assuntos Económicos

Índice

I. Introdução	2
II. Integração Centrada nas Pessoas - Participação dos Cidadãos	4
III. Implementação das Decisões	6
IV. Livre circulação.....	6
V. Financiamento da Integração.....	8
VI. Conclusão.....	10

I. Introdução

1. O tema identificado para a COMAI VI é “Gestão da Integração”. O objectivo subjacente à selecção da incidência temática deste ano inicia o debate e deliberação e recomendações orientadas em acção para resolver alguns dos desafios mais debilitantes, que restringem a aceleração eficaz e realização da Agenda de Integração Económica de África. Embora o potencial para a integração regional seja reconhecido como um meio de promoção do desenvolvimento comum e de base ampla, partilha de oportunidades, gestão de riscos, redução da pobreza, bem como a produção e geração de riqueza, uma acção mais decisiva é necessária para transformar esses ganhos potenciais em tangíveis para os cidadãos africanos e economias africanas. As lacunas continuam entre a promessa e o desempenho, com as principais dificuldades nas seguintes áreas:
 - Condicionamentos de financiamento, demonstrados pelos fracos mecanismos de autofinanciamento e excessiva dependência do financiamento dos doadores;
 - Ritmo lento de livre circulação em algumas Comunidades e no Continente em geral;
 - Insuficiente apropriação por parte dos cidadãos e de ambiente propício para uma abordagem centrada nas pessoas para a integração; e
 - Apesar dos inúmeros protocolos assinados e ratificados, a implementação continua fraca, com textos jurídicos insuficientemente transferidos para legislações nacionais para implementação nos Estados-membros.
2. A presente Nota Conceitual visa esclarecer esses principais condicionamentos com o objectivo de inspirar soluções duradouras para os desafios enfrentados. A integração económica regional tem sido considerada como uma resposta racional do continente para enfrentar e superar os desafios impostos pela globalização no que respeita à competitividade, capacidades de produção e de oferta, comércio, investimento, finanças, transferência de tecnologia, desenvolvimento do conhecimento e inovação, bem como capacidade de recursos humanos qualificados. Foi igualmente considerado como um dos melhores meios para o continente conter os efeitos nefastos da balcanização de África no rescaldo do colonialismo. É igualmente visto com potencialidades positivas para compensar as desvantagens de ser sem litoral e a fragmentação que limita o tamanho do mercado e nega as economias de escala para muitos países. Além disso, com a congregação de capacidades e recursos, tem o potencial de aumentar as habilidades do continente para melhor responder à vulnerabilidades e choques. A integração africana continuou, portanto, durante décadas uma grande estratégia de desenvolvimento para o continente e fundamental para superar a fragmentação económica, promover a diversificação económica, criar vínculos transfronteiriços entre entidades produtivas, aumentar os ganhos de previdência, reduzir a pobreza e elevar os padrões de vida.

3. Na sequência do acima exposto, muitos governos celebraram uma série de acordos de integração regional, com variados graus de sobreposição. Embora a Comunidade Económica Africana (AEC), tal como estabelecida no Tratado de Abuja, constitui o objectivo final e destino da Agenda de Integração da UA e das suas oito (8) CER reconhecidas oficialmente e embora muitos dos Acordos de Integração Regional e o próprio Tratado de Abuja serem caracterizados por metas ambiciosas, o progresso tem sido desigual e variado, não só entre as oito CER, mas igualmente nos Estados-membros que constituem os principais impulsionadores da integração. O próprio Tratado de Abuja é caracterizado por seis (6) fases divididas entre dois níveis (regional e continental) e está na fase três (3) do processo (estabelecimento das Zonas de Comércio Livre (ZCL) e Uniões Aduaneiras a nível regional até 2017).
4. Ainda assim, apesar do COMESA, CEEAC, SADC e CEDEAO terem todos atingido o estado de ZCL, o nível de implementação e consolidação varia. Além disso, apesar de todos terem implementados Programas de Uniões Aduaneiras para a realização deste objectivo antes de 2017, estas sofreram numerosos contratempos, atrasos e uma reformulação da data do lançamento. A única CER com destaque como tendo lançado e consolidado a sua União Aduaneira e lançou um mercado comum foi a EAC, a 1 de Janeiro de 2005 e Junho de 2010, respectivamente. Enquanto a única CER ter implementado um sistema de autofinanciamento operacional e em funcionamento é a CEDEAO, sob a forma do seu Imposto Comunitário.
5. De ressaltar que alguns progressos tangíveis foram feitos pelos países africanos para a integração regional, através de uma maior promoção de infra-estruturas relacionadas com o comércio como um serviço aduaneiro de balcão único (balcões únicos fronteiriços), a utilização de redes aduaneiras informatizadas em todos os Estados como um meio de integrar, modernizar, digitalizar e acelerar os procedimentos de desalfandegamento e coordenar a recolha e intercâmbio de informações aduaneiras, particularmente dados de importação e exportação entre as administrações aduaneiras nacionais. O desenvolvimento de projectos de infra-estruturas de transportes e interconexões de energia, reduções tarifárias (que baixaram de 16,7 por cento para 7,1 por cento de 2000-2009) e níveis crescentes de comércio intra-regional, dentro de algumas Comunidades.
6. A livre circulação é igualmente promovida por algumas Comunidades, com implementação de passaportes regionais e outros documentos de viagem e de seguros, como os passaportes na CEDEAO e EAC e os sistemas de cartão amarelo e castanho em funcionamento na COMESA e na CEDEAO, respectivamente. Algumas CER estão igualmente a trabalhar no sentido da harmonização das políticas de investimento e estão a monitorizar o cumprimento dos critérios do programa de convergência monetária. Além disso, os esforços para a criação de um grau de ordem, simplificação e coerência ao acordo de integração em África e a abordagem da sobreposição culminaram recentemente no Acordo Tripartido COMESA-EAC-SADC, cujo sucesso aparente provocou apelos por parte dos Chefes de Estado da UA para a sua emulação entre outras CER.

7. Na realidade, apesar desses progressos notáveis, a integração africana continua a ser em grande medida fragmentada, cheia de problemas de recursos humanos e financeiros inadequados a todos os níveis (não só para a implementação, mas para pesquisa e análise, bem como para a monitorização e avaliação do impacto), má coordenação e intercâmbio de informações aos diferentes níveis institucionais (que podem desacelerar o ritmo de transposição e aplicação a nível nacional), má implementação das Decisões, reticência política em algumas questões, maior incidência nas prioridades nacionais ao invés das considerações regionais, persistentes desafios no comércio transfronteiriço tais como as Barreiras Não Tarifárias e o baixo nível de desenvolvimento de infra-estruturas e energia. Além disso, as preocupações com a segurança e concepções erróneas por parte dos governos e cidadãos continuam a impedir a aplicação de forma alargada das decisões de livre circulação. Por outro lado, o processo sofre de uma falta geral de envolvimento suficiente dos cidadãos e de um ambiente propício para todos os actores da sociedade (parlamentos, sector privado, sociedade civil, instituições de pesquisa) participarem e contribuírem de forma significativa nos processos de formulação e tomada de decisão política. Uma abordagem inclusiva para a integração e crescimento económico deve garantir a mobilização e utilização de todos os recursos disponíveis dentro de uma região para o desenvolvimento económico e social.
8. Uma vez que começam a ser sentidos os benefícios da integração em certos sectores, as expectativas dos africanos são crescentes, desejosos de ver benefícios tangíveis sob a forma de emprego, aumento dos rendimentos e melhoria das infra-estruturas. Para que África mantenha o ritmo com essas expectativas razoáveis, as instituições dos governos, regionais e continentais devem intensificar a aceleração do ritmo, a profundidade e a promoção dos acordos de integração, engajando-se no diálogo permanente com os cidadãos africanos, que por si mesmos têm conhecimento na realidade prática que a funcionalidade de integração constitui o principal catalisador do processo e sobre os quais o seu impacto será mais sentido – de forma negativa ou positiva.

II. Integração Centrada nas Pessoas - Participação dos Cidadãos

9. O processo de integração africana normalmente foi caracterizado como uma agenda conduzida institucionalmente. Embora a noção de uma abordagem ascendente e inclusiva ser utilizada frequentemente, isto tem sido muitas vezes em referência às CER. Além disso, as instituições regionais (UA, CER) e até mesmo a NEPAD, foram criadas de forma descendente e como tal, por vezes, perpetua um *modus operandi* semelhante. Por conseguinte, uma das principais fraquezas dos sistemas e processos de integração regional até à data tem sido o insuficiente nível de participação do público, pelo qual os grupos marginalizados, incluindo mulheres, jovens e pobres têm sido insuficientemente incluídos nos processos de tomada de decisão e implementação. Caso os cidadãos continuem a ser insuficientemente envolvidos na elaboração de políticas que afectam as suas vidas, o processo de integração poderá enfrentar uma grave crise de oposição popular das mesmas pessoas que devem levar avante a agenda e que vive o seu impacto.

10. Para que a integração e as instituições de integração tenham sucesso, o povo africano, além dos tecnocratas governamentais e institucionais, deve começar a ter um sentido de apropriação das organizações e suas políticas. Nesse sentido, a prestação de contas das instituições regionais aos parlamentos nacionais e a participação dos governos locais são fundamentais para o processo, de modo a aumentar a legitimidade e a prestação de contas das decisões e utilização dos fundos. Uma grande desvantagem das organizações regionais e dos Estados-membros em serem capazes de cumprir com os objectivos da integração tem sido a sua *centralização no estado*. De igual modo, a falta de conhecimento a todos os níveis da sociedade sobre a integração regional continua a ser um grande impedimento ao progresso. Além disso, os cidadãos, o sector privado e outros actores não-estatais não são bastante agressivos no desafio aos decisores políticos para a criação de espaço de diálogo entre os actores estatais e não-estatais.
11. De realçar que os níveis de participação do público variam entre instituições de integração regional. Esforços notáveis estão a ser empreendidos pela UA, CEDEAO, COMESA, EAC e SADC para melhor interagir com o sector privado, mulher, níveis mais amplos da sociedade civil, bem como os Parlamentos, através de instituições como o Parlamento e Assembleia Legislativa da África Oriental, bem como o Parlamento Pan-Africano e o Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos. Algumas CER tentam garantir uma abordagem de integração centrada nas pessoas, como a CEDEAO, articulada na sua nova visão – baseada sobre um quadro de pessoas da CEDEAO, e na adopção de uma visão que substitui a anterior “CEDEAO dos Estados”, para “CEDEAO do Povo”. Estes desenvolvimentos têm implicado um gradual reconhecimento da importância de permitir que o povo africano (homem, mulher e jovem comum) a participar mais activamente nas decisões que afectam as suas vidas e interesses e beneficiam de um modo de governação regional transparente, participativo e responsável. Contudo, estas novas abordagens implicam igualmente a necessária capacitação das pessoas (pobres, ricos e classe média) para serem capazes de assumir um processo mais abrangente. Embora o combate à pobreza e o alcance da transformação económica e mudança estrutural sejam grandes prioridades da agenda de integração de África, está ainda por se concretizar uma abordagem de integração regional centrada nas pessoas e a favor dos pobres.
12. Os factores estruturais prevaletentes em muitas economias de África, tais como imperfeições dos mercados, imobilidade do trabalho, sistemas financeiros débeis e flutuantes, baixa base de competências, falta de benefícios minerais, dificuldades em termos de infra-estrutura bem como debilidades de governação podem reduzir a velocidade com que os benefícios da integração se materializam. Reconhecer os constrangimentos existentes e compreender as condições de partida no que diz respeito às oportunidades e capacidades, especialmente entre os pobres, é crucial para decidir sobre a elaboração e sequência de reformas políticas e natureza das medidas complementares para acompanhar a integração. Tal compreensão só pode advir das próprias pessoas, às quais está vinculada a integração. A distribuição desigual dos custos e benefícios da integração regional pode surgir se os Estados-membros, dentro de uma determinada Comunidade e a nível continental como um todo, não

concordem sobre como estes devem ser distribuídos. Isto pode posteriormente afectar a sustentabilidade do projecto de integração e, portanto, requer o envolvimento das partes interessadas nos processos de reformas políticas e a elaboração de medidas redistributivas. Nesse sentido, uma das principais funções das instituições regionais deve ser a promoção da divulgação regular pública para uma maior participação dos cidadãos na elaboração da agenda de integração regional.

III. Implementação das Decisões

13. Apesar da dinâmica de crescimento positivo de África na última década e alargamento da classe média, isso não tem sido compatível com níveis significativos de redução da pobreza, geração de emprego produtivo e formal, bem como indicadores de melhoria da saúde. Estas foram as conclusões anuais do Relatório sobre os ODM em África. A maioria dos africanos ainda vive com menos de 1,25 \$EU por dia, com actividades produtivas concentradas nos sectores agrícolas e informais, enquanto a proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza em África (excluindo a África do Norte) foi de 47,5% em 2008¹. Embora a pobreza tenha estado em declínio lento, é improvável que África cumpra a meta dos ODM de reduzir para metade a proporção de pessoas que vivem com menos de 1,25 \$EU por dia. Consequentemente, as expectativas dos povos africanos ainda estão por se concretizar plenamente, depois de décadas de esforços rumo a integração.
14. Um factor que contribui é que muitas vezes as decisões a nível regional e continental não são vinculativas nos Estados-membros, com limitada prestação de contas, aplicação a nível nacional e transposição das decisões na legislação dos Estados-membros. As Decisões, Protocolos, Acordos e Programas de Estratégias não são impostos pelas comunidades e pela UA, com a falta de poder de tomada de decisão pelas CER e UA, uma vez que a soberania nacional continua a ter precedência sobre o regionalismo. Os Instrumentos essenciais para acelerar a integração económica do continente sobre a liberalização do comércio e aduaneira; mecanismos de compensação para a perda de receitas; regras de origem; mecanismo multilaterais de vigilância; eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias; e democracia e boa governação continuam, em algumas comunidades, a ser mal transpostos e muito menos implementados

IV. Livre circulação

15. Um fundamento essencial da integração económica e expansão do mercado é a livre circulação de factores de produção (pessoas, bens, serviços e capital, bem como o direito de estabelecimento e residência de cidadãos) dentro de uma área de mercado regional e continental. A livre circulação de factores de produção inclui igualmente, de acordo com indivíduos, consumidores e empresas, os direitos e a liberdade de viver, trabalhar, estudar ou reformar-se noutro país participante. Implica igualmente permitir que esses actores encontrem maior

¹ Números mais recentes da pobreza do Relatório sobre ODM para 2012: Avaliação do Progresso em África rumo aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

concorrência, o que leva a preços mais baixos; uma maior escolha de bens e serviços; maiores níveis de protecção; bem como realizar formas mais fáceis e baratas de fazer negócios ao longo das fronteiras.

16. Em África, a implementação abrangente dos protocolos sobre a livre circulação é variada nas CER, com a implementação prejudicada, em parte, pela má implementação dos instrumentos jurídicos; corrupção e assédio nos pontos de fronteira; preocupações de segurança, concepção errónea e desconfiança entre alguns Estados-membros; assim como persistentes tarifas e barreiras não tarifárias. Contudo, é através do aumento da oferta de factores produtivos e da sua circulação sem limitações entre os países participantes num determinado espaço económico que podem ser explorados os ganhos de eficiência.

a) *Pessoas e Bens*

17. A nível do comércio de bens, várias CER (COMESA, EAC, CEDEAO e SADC) iniciaram a harmonização e simplificação da documentação de procedimentos aduaneiros, nomenclatura de regras de origem, bem como instalação de balcões únicos fronteiriços (OSBP) nos principais postos fronteiriços. Contudo, a livre circulação de pessoas continua a ser o mais difícil de concretizar, na prática, apesar da existência de quadros jurídicos e programas a nível de cada Comunidade. Algumas CER tomam medidas para facilitar a circulação de pessoas através de acordos de relaxamento de vistos, vistos de turismo únicos, passaportes regionais (CEDEAO, EAC) e planos regionais de seguro automóvel (CEDEAO e COMESA). Contudo, a CEEAC, SADC, IGAD e CEN-SAD estão atrasadas devido, em parte à imigração, barreiras processuais, bem como as recentes convulsões políticas, particularmente na Líbia, país sede da CEN-SAD.

b) *Serviços*

18. Registam-se igualmente progressos limitados na liberalização dos serviços, apesar de objectivos ao contrário. A maioria das CER ainda está por embarcar em agendas abrangentes de liberalização de serviços, com algumas a trabalhar para a harmonização da legislação económica. Contudo, entende-se que a integração bem-sucedida no mercado de serviços financeiros requer a coordenação de regras prudenciais essenciais, reconhecimento mútuo de uma única licença, bem como o controle do país de origem. Isto permitiria a supervisão transfronteiriça das entidades de serviço em todos os países participantes com o necessário complemento de Decisões e regulamentos vinculativos de uma supra autoridade nacional que pode fortalecer o sector. África tem igualmente uma série de instituições de telecomunicações e bancárias desenvolvidas localmente (com um alcance global e continental), tais como a MTNs, Zain, Standard Bank, Ecobank, UBA, que facilitam as transacções internacionais e o comércio intra-africano. Replicar essas histórias de sucesso irá contribuir para um eficiente e mais profundo sector de serviços financeiros no continente bem como o desenvolvimento contínuo de produtos financeiros que suportam o comércio de mercadorias transfronteiriço, transacções internacionais, permitindo igualmente aos indivíduos aceder ao seu dinheiro em qualquer lugar do continente.

c) *Capital*

19. Relativamente à livre circulação de capitais, alguns CER implementaram legislações para harmonizar as políticas monetárias e fiscais. Por exemplo, a COMESA, EAC, CEDEAO e SADC trabalham em conjunto no sentido da harmonização das legislações financeiras e económicas e implementaram igualmente programas monetários e fiscais de apoio ao movimento de capital em todo o continente e internacionalmente. O reforço da mobilidade de capitais pode ajudar a gerar a necessária alavancagem financeira complementar exigida por empresários e investidores, reduzindo igualmente a aversão ao risco do investidor. Contudo, tendo em conta as recentes crises financeiras e económicas, há a necessidade de encontrar o equilíbrio justo entre a regulação e o incentivo à inovação financeira, desenvolvendo igualmente a arquitectura financeira necessária que contém mecanismos de prevenção e gestão, bem como outros mecanismos que podem ser utilizados para financiar os bancos que entram em crise. Algumas Comunidades ainda não arriscaram a esse ponto.

V. Financiamento da Integração

20. A Integração regional é um processo intensivo de recursos e os Estados-membros e os parceiros de desenvolvimento não devem ser a única fonte de financiamento, mas pelo contrário é o caso com os parceiros de desenvolvimento a apoiar de forma desproporcional a maior parte dos programas, dentro das CER e da UA. Isso não só prejudica o princípio e o conceito de propriedade, mas levanta igualmente questões relativas à prestação de contas com menos responsabilidade registada horizontalmente aos cidadãos africanos e mais responsabilidade dirigida verticalmente para os actores externos. Além disso, os mecanismos tradicionais de financiamento são caracterizados pelas seguintes deficiências e insuficiências:
- **Contribuições estatutárias dos Estados-membros:** acumulação de dívidas pelos Estados-membros; atrasos de pagamentos efectivos das contribuições; e maior dependência numa fonte única de financiamento principal, que não é paga regularmente;
 - **Parceiros de desenvolvimento:** complicados requisitos de apresentação de relatórios por parte dos parceiros de desenvolvimento; atraso das disponibilizações por parte dos parceiros de desenvolvimento devido à débil comunicação; interferência por parceiros de desenvolvimento nas áreas em que os recursos são gastos; promoção pelos parceiros de desenvolvimento das suas próprias agendas de integração e desenvolvimento que podem estar em desacordo com as prioridades e objectivos de África; e incapacitante das actividades organizacionais e capacidade de prestação devido à tardia disponibilização por parte dos parceiros.
21. A situação actual é manifestamente insatisfatória e levou, por vezes, ao sequestro da agenda de integração africana, com o processo, por vezes, levado a cabo de acordo com as prioridades dos parceiros de desenvolvimento. Outra consequência é a distribuição desigual dos benefícios financeiros aos sectores, dependendo do interesse dos doadores. É de tal forma que as questões económicas e factores de produção recebem menos apoio financeiro comparado

a outros sectores e os programas essenciais de integração lutam para garantir o financiamento para a sua implementação. De acordo com dados da OCDE, os compromissos do sector dos doadores em 2010 foi o seguinte: Social (40%), económico (22%), produção (10%), multisectorial (6%), auxílios aos programas gerais (6%), alívio da dívida (8%), humanitária (7%) e outros (1%)².

22. A magnitude dos desafios demonstra a urgência com que o mecanismo de financiamento actual requer revisão, substituindo e/ou complementando com fontes de financiamento mais diversificadas. Isso permitiria à UA e CER serem mais eficazes e menos dependentes da ajuda internacional, dando às receitas dos cofres do estado uma maior profundidade, flexibilidade e estabilidade. Vários estudos têm sido levados a cabo, considerando possíveis fontes alternativas de financiamento para o desenvolvimento e integração de África e o seu possível impacto nas economias dos Estados-membros.
23. Estudos recentes incluem o Estudo da Comissão da UA de 2009 sobre fontes alternativas de financiamento. Infelizmente, a nível continental, o debate tem sido prolongado com uma opção ainda por ser adoptada. Isso culminou com a criação de um Painel de Eminentes Personalidades para consultar os Estados-membros sobre uma possível opção para adopção. Alguns Estados-membros expressaram relutância ou mesmo hostilidade a ideia dos Estados gerarem mecanismos de financiamento sustentáveis para as instituições e programas de integração que em essência pertencem aos próprios países africanos. Isto é apesar dos mecanismos existentes já em funcionamento em alguns países africanos, como por exemplo:
 - Impostos Comunitários – utilizados pela CEDEAO e até mesmo pela União Europeia (UE);
 - Impostos de Solidariedade Internacional sobre os Bilhetes de Passagem Aérea – os países africanos que introduziram as referidas taxas sobre os bilhetes de passagem aérea, incluem a Côte d'Ivoire, Madagáscar, Maurícias e Níger, que disponibilizam todos ou uma parte das receitas ao Mecanismo Internacional de Aquisição de Medicamentos (UNITAID). O imposto gerou 160 milhões de Euros em 2009.
 - Títulos de Obrigações da Diáspora – a Etiópia é um dos poucos países africanos com experiência de angariar capital por meio de Títulos de Obrigações da Diáspora. A sua recente tentativa foi a de financiar o seu projecto de geração de energia hidroeléctrica. O Títulos de Obrigações do Milénio foi emitido pela Autoridade de Energia do País e subscrito pelo Banco Nacional da Etiópia. Três tipos de títulos foram emitidos, de acordo com a sua data de vencimento, 5, 7 e 10 anos, cada um com uma taxa de juro de 4%, 4,5% e 5%, respectivamente.
24. O financiamento inovador é necessário não só devido à inadequação das fontes tradicionais, mas o aumento das receitas provenientes de fontes públicas, tais como a tributação, tem sido dificultado pelas limitações da capacidade tributável (débil base tributária, combinação tributaria desequilibrada e débil administração

² OCDE, 2012. Um Olhar sobre a Ajuda para o Desenvolvimento: Estatística dos Países em Desenvolvimento por Região. Edição 2012

fiscal) de muitos países africanos. Além disso, a Ajuda Pública para o Desenvolvimento está igualmente em declínio. De acordo com dados da OECD, embora a Ajuda Pública para o Desenvolvimento tenha subido para 50 bilhões de \$EU em 2011, está ainda abaixo dos níveis necessários para cumprir a meta do G8 de Gleneagles de duplicar a Ajuda para África até 2015 e abaixo dos 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) dos países doadores até 2015.

25. Na verdade, a ajuda dos principais doadores para os países em desenvolvimento caiu em quase 2,7% em 2011 (disponibilizando 133,5 bilhões de \$EU de APD líquida, o que representa 0,31 por cento de seu RNB combinado). Esta é a primeira grande queda desde 1977, devido aos efeitos combinados da crise financeira e econômica global de 2008/9, com a consolidação orçamental que ocorrem em muitas economias avançadas, bem como a crise de dívida soberana de Zona Euro. Além disso, os Países Menos Avançados (PMA) viram igualmente uma queda nos fluxos de APD bilaterais líquidas de – 8,9% em termos reais para 27,7 bilhões de \$EU. Portanto, deve-se procurar empreender esforços mais consistentes e coordenados para mobilizar recursos de dentro do continente africano, bem como através de parcerias e vínculos com a sua grande e crescente comunidade da Diáspora, particularmente o sector privado. As estimativas actuais sugerem que cerca de 16 milhões de imigrantes africanos vivem em países do Médio Oriente e da OCDE.

VI. Conclusão

26. A integração é uma oportunidade ao invés de uma ameaça, e esta deve ser traduzida em cooperação orientada para a acção, tendente gerir ameaças e desafios comuns, através da renúncia ou cedência pelos Estados-membros de quantidades enormes de poderes durante o processo de integração. Isto permitiria maior autoridade sobre a tomada de decisões e poder de punição no centro, tornando igualmente o processo mais centrado nas pessoas, propriedade, dirigido e financiado de forma sustentável para garantir a execução rápida.